

Cerâmica medieval no castelo de Castelo Branco (Portugal)

Carlos Manuel Pereira Boavida

(Instituto de Arqueologia e Paleociências – FCSH/UNL)

Resumo

No início dos anos 80 foi identificada uma necrópole de fundação medieval no adro da Igreja de Santa Maria em Castelo Branco. Durante os trabalhos arqueológicos que então tiveram lugar foi recolhido numeroso espólio medieval e moderno. Embora o mesmo tenha sido apresentado de forma preliminar em Toledo (1981), só recentemente foi objecto de estudo aprofundado no âmbito da dissertação de mestrado do signatário.

Uma vez que não foi elaborado o devido registo estratigráfico dos achados, a cronologia dos mesmos foi aferida recorrendo a diversos paralelos formais. Assim, em relação às peças de cronologia medieval, foi possível verificar a presença de modelos na tradição islâmica, tendo em conta outros recuperados em níveis tardios almóadas identificados no centro e sul de Portugal, alguns deles associados a comunidades moçárabes.



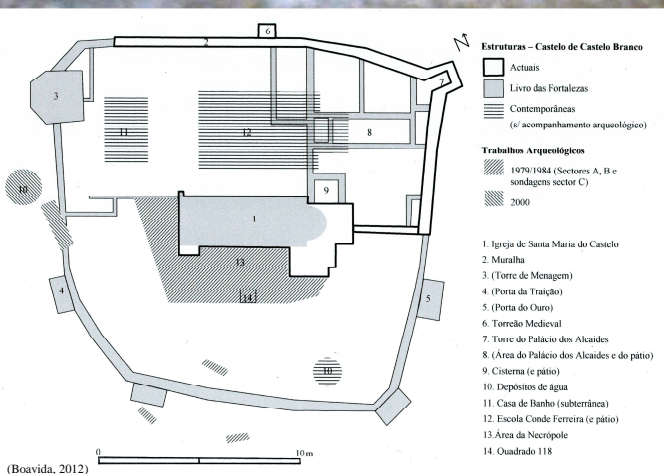
História Local

Embora ao longo do século XX tenham sido recuperados diversos objectos de cronologia anterior à Reconquista, a configuração do castelo de Castelo Branco deve-se aos cavaleiros da Ordem do Templo que aí fixaram a sua sede entre 1215-1314 (Capelo, 2007). De formato sub-quadrangular e protegido por sete torres, o castelo foi construído no Cerro da Cardosa, numa posição de total domínio visual sobre o planalto de Castelo Branco.

No interior da fortificação, ao centro, foi erguida a Igreja de Santa Maria, eventualmente sobre um antigo templo moçárabe (Cardoso, 1953). A partir de 1229 foi edificado um palácio para residência dos alcaides na zona nordeste da alcáçova. A sul da igreja estava a necrópole, mas era também onde tinha lugar o mercado em Época Medieval, como atestava a vara craveira gravada na ombreira da porta lateral sul do templo (Oliveira, 2003) e como recorda a toponímia do acesso ao monumento – Rua do Mercado.

A estrutura foi diversas vezes afectada por ataques externos, nomeadamente durante as Guerras da Restauração (1646-1648), Sucessão Espanhola (1704) e Sete Anos (1762). Em meados do século XIX, a fortaleza já não tinha quaisquer funções estratégicas e/ou militares, tendo as entidades locais autorizado a reutilização dos seus materiais constituintes em novas construções.

Actualmente subsiste a igreja, de igual modo muito adulterada e um pano de muralha reconstruído, ligando duas torres da antiga fortificação. A área entre estas duas estruturas foi aterrada em 1867, até à cota inferior do arco da porta lateral norte.



Trabalhos Arqueológicos (Processo 263 – Arquivo da Arqueologia Portuguesa)

Em 1979, um alinhamento de terras junto à Igreja de Santa Maria expôs uma série de materiais arqueológicos. Os trabalhos iniciaram-se naquele Verão e prolongaram-se pelos seguintes até 1984. A intervenção teve lugar no adro da igreja, a sul e oeste do edifício.

Além de uma série de vestígios estruturais correspondentes à anterior configuração daquele templo e outros edifícios que lhe estivessem associados, foi também colocada à vista uma extensa área de necrópole, com sepulturas escavadas no substrato geológico a cerca de 1,5m de profundidade. No local do alinhamento (Q.118), onde os trabalhos se concentraram em todas as campanhas, identificou-se o negativo de uma estrutura da qual não foi possível aferir a funcionalidade. Aqui os estratos encontravam-se muito revolutos, não se tendo chegado ao geológico, apesar do local ter sido escavado até aos 10m de profundidade. Foi aqui que se recuperaram a maior parte dos materiais.

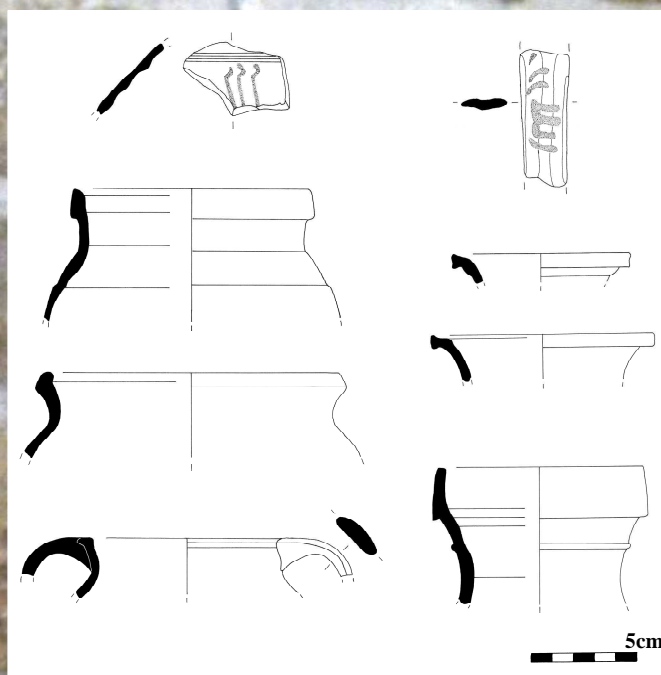


A – Vista geral dos trabalhos em frente à igreja (oeste)
B e C – Trabalhos no local do alinhamento (Q.118)
D – Vista geral dos trabalhos do lado sul da igreja
E – Aspecto de uma das sepulturas identificadas
Fotos cedidas por João Henriques Ribeiro

Espólio

A maior parte dos materiais medievais recuperados são peças de cerâmica fosca, principalmente painéis, cântaros e pequenas bilhas, das quais só subsiste o bordo. Os paralelos para atribuição cronológica destas peças foram encontrados em contextos almóadas tardios de Lisboa, Santarém e Silves e também em outros, associados a comunidades moçárabes, identificados em Torres Vedras e no Cadaval.

Foi recolhido também um conjunto de dinheiros, cuja cronologia se estende de D. Sancho I a D. Fernando e diversas estelas funerárias discoidais, na maioria dos casos decoradas com a cruz pátea.



Conclusões

A análise da cerâmica medieval recuperada na alcáçova albacastrense possibilitou a obtenção de novos dados sobre o local, embora de forma parcial, visto que se desconhece o seu contexto estratigráfico.

A comparação da sua morfologia com a de peças provenientes de outros locais permitiu confirmar a presença de comunidades humanas neste local em período anterior à Reconquista, como referido por diversos autores. Por outro lado, as várias formas identificadas são também um reflexo das vivências quotidianas daquele espaço.

Bibliografia

- Castelo de Castelo Branco – Processo n.º 263; Arquivo da Arqueologia Portuguesa – IGESPAR (não publicado)
- BOAVIDA, Carlos (2012) – Castelo de Castelo Branco (1979/84 e 2000): síntese dos trabalhos arqueológicos desenvolvidos e principais conclusões. *RPA* 15. Lisboa: DGPC (pp. 195-218)
- BOAVIDA, Carlos (2009) – Castelo de Castelo Branco: Contributo para o Estudo de uma Fortificação da Raia Beirã. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à FCSH-UNL (poliencijado)
- CAPELO, José Manuel (2007) – Castelo Branco, a Cidade-Capital Templária em Portugal de 1215 a 1314: As Sedes Templárias em Portugal. *Codex Templi, Zéfiro* (pp. 159-220)
- CARDOSO, J. Ribeiro (1953) – Castelo Branco e o seu afoz: achegas para uma monografia regional. Castelo Branco: Ed. Autor
- OLIVEIRA, Pedro A. Quintela d' (2003) – O Castelo. *O Programa Polis em Castelo Branco: Álbum Histórico*: coord. Leonel Azevedo; Castelo Branco: Soc. Polis Castelo Branco (pp. 15-67)

Agradecimentos

Prof.ª Dr.ª Rosa Varela Gomes, Dr.ª Aida Recheña, Dr. João Henriques Ribeiro